

O desafio depois de JK

JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Colaborador

Juscelino Kubitschek, quando construiu Brasília, registrou para a história dois grandes objetivos: a construção de uma nova capital, no centro do País, que fosse capaz de abrigar com eficiência e modernidade os poderes da República, e a interiorização do desenvolvimento.

A primeira meta foi integralmente cumprida, mas a segunda, apesar da efetiva mudança do mapa econômico do Brasil a partir dos anos 50, acabou relegada a segundo plano, com os sucessivos problemas que afetaram a vida do País nas últimas duas décadas.

Hoje, no seu aniversário de 30 anos, Brasília é muito mais um oásis — no centro de uma região pobre e carente dos mais elementares serviços públicos — do que pólo indutor de desenvolvimento.

Buscar um modelo de desenvolvimento harmônico entre Brasília e a sua região de influência é, mais do que resgatar os ideais de JK, condição necessária para a preservação da cidade capital.

A principal lição dos primeiros 30 anos de Brasília é a de ser impossível encontrarem-se soluções isoladas para cada um dos problemas potenciais de nossa cidade — a oferta de empregos, habitação, transporte, água, saúde, custo de vida, educação e segurança — que são, por natureza, interligados. Suas causas e seus efeitos se interagem, podendo a solução de um afetar vários outros. Além disso, todas essas questões são agravadas pelos limites físicos, que condenam o Distrito Federal a ser uma espécie de "protetora do Governo Federal".

Novo enfoque para equacionar o futuro do DF implica em uma visão global e sistêmica de seus problemas e, além disso, de uma retomada da definição da sua área, dos atuais 5 mil e 800 quilômetros quadrados para os 14 mil e 400 quilômetros quadrados do quadrilátero demarcado pela Missão CRULS.

Historicamente, isto já era previsto na Constituição de 1891, no seu artigo 3º, como consequência da "Missão CRULS", que fez a demarcação da área em 1894, considerando inclusive os aspectos naturias e geográficos envolvidos.

Quando a Lei nº 2.874, de 1956, destacou os 5 mil e 800 quilômetros quadrados para a construção da nova capital, restaram 8 mil e 600 quilômetros quadrados como território da União, "sob a autoridade anômala e provisória de Goiás".

O eminente jurista Humberto Gomes de Barros nos ensina que "somente em parte se cumpriu a afetação" pela Lei nº 2.874/56.

"O restante do quadrilátero continua à espera de seu destino: a incorporação ao território do Distrito Federal".

O caminho indicado seria apenas a modificação da Lei nº 2.874/56, já que "o preceito constitucional, uma vez complementado pela demarcação, operou instantânea e definitiva transformação da área e a sua exclusão do território goiano".

Por várias razões, é chegado o momento de se rediscutir essa questão. A cidade, planejada para 500 mil habitantes, terá mais de três milhões de pessoas no ano 2000, o que poderá fazer de Brasília uma metrópole desequilibrada, a exemplo das grandes cidades brasileiras.

A ameaça desse crescimento explosivo ao patrimônio urbanístico e a qualidade de vida em Brasília é inquestionável. Hoje, já convivemos com uma elevada densidade demográfica de 24 hab/km² e, no ano 2000, poderemos estar convivendo com uma preocupante taxa de 517 hab/km² — bastante superior à de países populosos, como a Índia (209 hab/km²) ou o Japão (320 hab/km²).

Esse acréscimo de área traria, em primeiro lugar, a solução para o problema da água. A disponibilidade de água no DF, mesmo com a duplicação da adutora do rio Descoberto, estará comprometida dentro de cinco anos. A Coordenação do Meio Ambiente, ainda em 1987, já destacava que existem grandes mananciais na área em questão, como os rios Maranhão, Areias, Verde, Sal, e Corumbá, que podem "garantir água para o DF por mais cem anos".

O segundo impacto é o da possibilidade de auto-suficiência agrícola e implantação de uma zona industrial planejada, gerando empregos e vida econômica própria. Afinal, a cada ano, 50 mil jovens na faixa dos 18 anos tentam entrar no mercado de trabalho e são condenados ao desemprego.

Assim, não só estaríamos preservando o Plano Piloto como cidade político-administrativa, como estaríamos criando novos espaços e fluxos urbanos mais racionais, o que é fundamental para o equacionamento das funções transporte, educação, saúde, saneamento básico e habitação.

A ocupação racional dos 14 mil e 400 quilômetros quadrados geraria novas fontes de receitas tributárias e propiciaria investimentos do GDF (hoje proibidos), destinados a energia elétrica, hospitais e escolas, em locais onde a população já se está assentando.

* José Roberto Arruda é engenheiro e membro do grupo de estudos da FGV/BSB